

O PERCURSO TEÓRICO DE OSWALD DUCROT NA DEFESA DE UMA ARGUMENTAÇÃO LINGUÍSTICA

Hilda de Oliveira Olímpio*

RESUMO

Este artigo apresenta as várias etapas do pensamento de Oswald Ducrot na defesa de uma argumentação linguística. Começa apontando sua interlocução com as teorias lógico-referencialistas e seu encontro com a Pragmática. Em sequência, delinea o percurso que vai de uma concepção de argumentação como conjunto das conclusões possíveis para um enunciado específico, passa pela concepção de polifonia enunciativa e pela Teoria dos Topoi, proposta por Ducrot e Anscombe, até chegar à configuração atual da teoria, desenvolvida em parceria com Marion Carel e conhecida como a Teoria dos Blocos Semânticos. Neste quadro, a Teoria dos Topoi é abandonada, e o foco da análise passa a ser os encadeamentos argumentativos presentes no discurso.

PALAVRAS-CHAVE: Argumentação. Polifonia. Encadeamento argumentativo. Blocos argumentativos.

ABSTRACT

This paper presents the various steps of the thought from Oswald Ducrot in defense of a linguistic argumentation. It begins noting his dialogue with the logical-referential theories and his encounter with Pragmatics. In response, outlines the path that goes from a conception of argumentation as a set of possible conclusions for a particular utterance.

* Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Vitória-ES, Brasil.

It shows the conception of polyphony and the Topoi Theory, proposed by Ducrot and Anscombe, until they reach to the current configuration of the theory, developed in partnership with Marion Carel and named as the Semantic Blocks Theory. In this frame, the Topoi Theory is abandoned, and the focus of the analysis are the argumentative chainings presents in the speech.

KEYWORDS: Argumentation. Polyphony. Argumentative chain. Argumentative blocks.

INTRODUÇÃO

O título deste texto é, por certo, um tanto pretensioso, pois eu não conseguiria, considerando o seu caráter introdutório, bem como as minhas próprias limitações diante da amplitude e complexidade das reflexões de Ducrot, traçar o percurso da evolução teórica do autor, desde a sua interlocução com as teorias lógico-referencialistas, fortemente presente nos primeiros textos (1981 [1966], 1973); passando, numa fase posterior (1977 [1972]), pela influência da pragmática; adotando, na sequência, uma postura mais estruturalista, em que focaliza os operadores e articuladores argumentativos e introduz a teoria da polifonia (1980, 1987/ [1984], 1990); evoluindo, num momento seguinte, para a teoria dos topoi, como lugar comum argumentativo (1995, 1999); perspectiva abandonada na forma atual da teoria, fundamentada na noção de blocos semânticos e de encadeamentos argumentativos (1997, 2005).

Na verdade, acompanhando a produção de Ducrot há algumas décadas, o que pretendo, neste texto, é mostrar o meu percurso, os meus movimentos de entrada no quadro teórico do autor, salientando, clareando ou interrogando alguns pontos de sua trajetória no tratamento de questões semânticas da língua, para, com isso, facilitar e incentivar leituras e pesquisas futuras.

Nesse percurso, o que me parece essencial é apontar não apenas as diversas formas que Ducrot e seus colaboradores (sobretudo Jean-Claude Anscombe e, nos últimos anos, Marion Carel) imprimiram à teoria,

mas também os princípios constantes, que permaneceram ao longo do tempo, como uma espécie de fio condutor de suas reflexões, servindo, inclusive, como fundamento para as formulações e reformulações teóricas propostas e para as análises empíricas desenvolvidas.

Acompanhando Carel (2002), começaria por dizer que toda a obra de Ducrot é marcada por um constante esforço de recusar, no tratamento da língua (aí incluindo a semântica), uma perspectiva referencialista e logicista da linguagem, perspectiva que imperava nos anos 60, quando Ducrot publicou seus primeiros trabalhos. Nessa época, havia mesmo quem defendesse que a significação linguística era de ordem lógica, que só a lógica poderia fornecer cientificidade aos estudos semânticos. Ora, desde seus primeiros escritos (1981 [1966], 1973), as indagações de Ducrot caminham noutra direção, na direção de não buscar na língua uma função referencial (que remete a uma materialidade externa), nem aplicar, na sua descrição, as categorias da lógica, mas de buscar a lógica da própria linguagem, apreendida no seu funcionamento discursivo. Essa postura analítica, é bom frisar, se inscreve na perspectiva estruturalista saussuriana, segundo a qual o valor de uma entidade linguística deriva de sua relação com outras unidades da língua, sem o recurso a informações extralingüísticas.

Entretanto, diferentemente de Saussure, Ducrot não está interessado apenas nas relações abstratas, pertencentes ao sistema. Ele propõe uma semântica que articule língua (como objeto teórico, construído pelo pesquisador) e fala (como objeto empírico, constituído de dados observáveis). Em sua opinião, “uma lingüística da língua é impossível se não for também uma lingüística da fala” (1987 [1984]).

E é nessa direção enunciativa, na direção de um estruturalismo do discurso que Ducrot vem desenvolvendo suas pesquisas ao longo de várias décadas. Na tentativa de articular língua e fala (= discurso), o autor defende que as frases, unidades abstratas da língua, de função eminentemente explicativa, contêm uma significação aberta, que consiste em fornecer instruções para se chegar ao sentido dos enunciados. Toma, então, o enunciado como unidade de análise, reconhecendo que só no enunciado se pode captar o sentido e dele chegar à significação da frase. Inquestionavelmente, esta é uma perspectiva estruturalista que ultrapassa os limites restritivos da langue saussuriana e deságua, de um modo muito próprio, no discurso, produto da enunciação.

Como observa Barbisan (2006, p. 7):

Assim como Émile Benveniste, que, com base no estruturalismo saussuriano, criou uma Teoria da Enunciação, também Ducrot se filia à perspectiva enunciativa, mas, diferentemente de Benveniste, constrói uma teoria da argumentação que analisa o sentido na linguagem.

Comparando a perspectiva enunciativa dos dois autores (Benveniste e Ducrot), pode-se dizer que Benveniste prioriza mostrar que as categorias da enunciação (observadas nos enunciados) já estão previstas no sistema; e Ducrot prioriza descrever a enunciação a partir do enunciado. O primeiro prioriza o processo, o segundo o produto.

Também, diferentemente de Saussure, para quem a função fundamental da língua é a comunicação, Ducrot defende que a função fundamental da língua é a argumentação. Chega a essa conclusão, como ele próprio reconhece (1977 [1972]), apoiando-se nas reflexões de Benveniste (sobre a intersubjetividade na língua); e na distinção proposta pelos filósofos de Oxford (sobre conteúdo informacional e força ilocutória). Em consequência desse princípio e da sua postura estruturalista, o autor mantém, em todas as versões de sua teoria, o pressuposto de que “a argumentação está na língua”, e não nos fatos e/ou no valor de verdade dos enunciados. Daí a sua Semântica Argumentativa ser conhecida como a Teoria da Argumentação na Língua (TAL). No modelo Standard (1980,1983), Ducrot aplica esse princípio a temas específicos, como o funcionamento dos operadores e articuladores argumentativos. Firma, ao longo do tempo, a ideia de que a linguagem não dá acesso direto à realidade, não tem, portanto, um lado objetivo. Já na fase dos topoi (1995, 1999), o autor admite que falar é impor ao destinatário uma apreensão argumentativa da realidade. Embora a teoria dos topoi tenha sido abandonada na fase dos blocos semânticos (2005), esse pressuposto da argumentatividade na língua permanece e vai permitir relacionar léxico e gradualidade (1998). Se a língua descreve a realidade, o faz mediante os aspectos subjetivo e intersubjetivo que, articulados, produzem o valor argumentativo. Nesse quadro, defende que a “descrição da realidade” vem como uma função derivada da argumentação, vem como tema para propiciar um debate entre indivíduos. O aspecto informativo é derivado de um componente argumentativo fundamental (1990).

I TAPAS DA SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA

Fazendo uma reflexão sobre o seu próprio trabalho no campo da argumentação, Anscomb e Ducrot (1994) distinguem aí quatro etapas cronologicamente situadas e cada uma inserida num quadro teórico diferente. Na primeira etapa, de diálogo com a lógica, há uma separação clara entre a função informativa, advinda da língua, e a função argumentativa, advinda dos fatos: como preconizava a retórica clássica, dominante à época. Na segunda etapa, de articulação com a pragmática, é possível apreender, no interior mesmo dos enunciados, a combinação de um conteúdo posto, explicitamente informado (objeto da enunciação), e um conteúdo pressuposto, um implícito de valor ilocutório (mantido na interrogação e na negação dos enunciados). Na terceira etapa, marcada pela parceria com diversos autores (1980) e, sobretudo, com Jean-Claude Anscomb (1983), o foco de análise são os operadores argumentativos, palavras que, presentes num enunciado, orientam para determinadas conclusões, independentemente de indicações factuais. Na quarta etapa, correspondente à dos *topoi* em articulação com a teoria da polifonia, a formulação anterior é revista e os autores concluem que a passagem do argumento à conclusão não depende exclusivamente dos operadores, mas também da convocação de um *topos*, um lugar comum argumentativo, que funciona como garantia dessa passagem (cf. 1995, 1999).

O estágio atual da teoria, particularmente a partir das contribuições de Carel (1992, 1997), pode ser reconhecido como uma quinta etapa nos estudos da argumentação linguística. Embora os pressupostos básicos da disciplina já estivessem delineados na etapa anterior, Marion Carel, rejeitando o recurso à noção de *topos*, formalizou um quadro do que seria um estruturalismo do discurso e propôs categorias analíticas que permitem dar conta de encadeamentos não incluídos nas versões anteriores. Vamos, abaixo, detalhar um pouco mais esses diferentes momentos da Semântica Argumentativa.

PRIMEIRA ETAPA

A primeira etapa, que os autores denominaram de descritivismo radical, se desenvolve no âmbito da retórica clássica, apoiando-se numa concepção clássica de argumentação. Nesse quadro, a relação entre

argumento (A) e conclusão (C) não é justificada pela estrutura linguística dos enunciados, mas pelos fatos presentes nos argumentos. Se, por uma relação de inferência, (A) leva a (C), isso se dá porque o conteúdo factual de (A) se justifica, independentemente de (C). Nessa relação de inferência – tipo (A), portanto (C) –, o papel da língua é negligenciado, mesmo se se levar em conta a ocorrência de conectores argumentativos (do tipo portanto, por conseguinte) (DUCROT, 1999).

Ex.: Maria é alta, portanto pode alcançar o livro na estante.

No enunciado acima, Maria é alta (uma premissa tida como verdadeira), funciona como argumento para justificar a conclusão pode alcançar o livro na estante. Assim concebido, o movimento argumentativo não decorre da língua, mas dos fatos.

As sucessivas análises que Ducrot propôs para *peu* (pouco) e *un peu* (um pouco) mostram seu progressivo afastamento de uma semântica referencialista, apoiada nos fatos da realidade. Tome-se, para exemplificação, o par de enunciados abaixo:

Pedro estudou um pouco.

Pedro estudou pouco.

Ora, não há nenhuma diferença factual, quantitativa entre estudou um pouco e estudou pouco. Entretanto, o primeiro enunciado aponta para uma conclusão favorável a estudar e o segundo, para uma conclusão desfavorável. Como se observa em:

Pedro estudou um pouco, portanto vai se sair bem na prova.

Pedro estudou pouco, portanto não vai se sair bem na prova.

Um pouco e pouco são os elementos linguísticos, os operadores argumentativos, responsáveis pelas conclusões diferentes, independentemente dos fatos veiculados. Só num contexto especial (em que se admite que estudar não leva a um bom resultado), se poderia concluir de estudou um pouco um resultado desfavorável; e de estudou pouco, um resultado favorável:

(!) Pedro estudou um pouco, portanto não vai se sair bem na prova.

(!) Pedro estudou pouco, portanto vai se sair bem na prova.

SEGUNDA ETAPA

A segunda etapa, denominada pelos autores de descritivismo pressuposicional, é uma espécie de “reajuste da primeira” (cf. 1994). Essa etapa é marcada por um viés pragmático, resultante do encontro com a teoria dos atos de fala (de Austin e Searle), que levou o autor a admitir, na estrutura linguística dos enunciados, integrada ao conteúdo informacional, uma força ilocutória, de valor argumentativo, ambos de responsabilidade do locutor. A língua passa, então, a ser comparada a um jogo cujas regras de funcionamento permitem construir discursos. Nesse momento (1977 [1972]), Ducrot não admite fases sucessivas entre análise sintática, semântica e pragmática. Por isso recusa a separação (proposta na teoria dos atos de fala) entre o conteúdo informacional, proposicional; e o pragmático, a forma ilocutória. O estudo da pressuposição (como um ato ilocutório) marcou essa fase da teoria, que o próprio Ducrot denominou de pragmática integrada, para opor-se a uma “interpretação pragmática acrescentada” após a interpretação semântica. No quadro teórico então formulado, os encadeamentos argumentativos se realizam sobre o posto, e não sobre o pressuposto.

Note-se que o objetivo inicial de Ducrot (1977 [1972]), ao tratar da pressuposição, era mostrá-la como um implícito pertencente à língua, que, por isso, não podia ser comparada a um código, onde todos os conteúdos devem ser explícitos. Nessa época, o autor definia a pressuposição como um meio de “afrontamento interindividual”, inscrito na própria língua, que permite ao locutor exprimir conteúdos não imputáveis a ele, agindo sobre o interlocutor sem se comprometer, sem expor o dito a uma possível objeção. Os testes da negação, da interrogação e, mais tarde, do encadeamento, usados para reconhecer os pressupostos, evidenciam exatamente essa força ilocutória.

Criticando a solução de Ducrot para explicar a eficácia dos conteúdos pressupostos e a impossibilidade de serem contestados pelo interlocutor, Paul Henry (1992 [1977]) vê no fenômeno o apagamento

da ligação dos conteúdos pressupostos com o locutor, concebendo aí uma espécie de

desdobramento do sujeito da enunciação, um desses sujeitos sendo identificado ao locutor e considerado como responsável pelos conteúdos formulados, o outro, o duplo do primeiro, não sendo mais identificado ao locutor e tomando, por esse fato, o estatuto de sujeito universal (PAUL HENRY, 1992, p. 76).

Parece-me que, sem o recurso a uma teoria das ideologias (como a proposta de Paul Henry), a teoria da polifonia, sistematizada por Ducrot em 1984, dá uma solução linguística para a questão.

TERCEIRA ETAPA

Na terceira etapa da teoria (1980, 1983, 1987 [1984]), Ducrot, em parceria com Jean-Claude Anscombre, se afasta da pragmática e formula efetivamente a chamada Teoria da Argumentação na Língua (TAL). Critica a concepção tradicional de argumentação (calcada nos fatos e no raciocínio por via lógica, psicológica ou sociológica) (cf. 1999). Focalizando o papel dos operadores argumentativos no direcionamento das conclusões, introduz, em algumas análises, a noção de polifonia (1980), que recebe um esboço teórico sistemático em *Le dire et le dit* (1984), obra onde critica a unicidade do sujeito da enunciação, preconizado pela linguística moderna, e propõe distinguir, na estrutura dos enunciados, os locutores e os enunciadores: o primeiro, responsável pelo enunciado; e os segundos, pelos pontos de vista aí representados. O autor desloca para esse quadro o fenômeno da pressuposição, de modo que posto e pressuposto passam a ter origens enunciativas diferentes: o posto é associado ao locutor e o pressuposto, a um outro enunciador, uma espécie de voz coletiva que oferece o campo de referência a partir do qual os enunciados são produzidos.

Em vários momentos de sua trajetória (1987 [1984], 1990), Ducrot afirma ter-se inspirado em Mikhail Bakhtin para discutir o postulado da unicidade do sujeito falante, presente na linguística moderna, e propor, a partir daí, uma teoria polifônica da enunciação que permitisse desenvolver uma análise propriamente linguística da polifonia interna

aos enunciados. Entretanto, a análise propriamente linguística da polifonia dos enunciados foi inspirada em Bally, como o próprio Ducrot reconhece no texto *Énonciation et poliphonie chez Charles Bally*, que constitui o sétimo capítulo *Logique, structuree, énonciation* (1989).

O certo é que, admitindo uma enunciação polifônica, Ducrot distingue nos enunciados:

- o sujeito empírico (SE), o autor efetivo do enunciado, categoria exterior à linguagem, portanto não incluída na análise linguística;
- o Locutor (L), responsável pelo enunciado, pelo seu modo de organização, categoria a que se referem as marcas de primeira pessoa;
- os Enunciadores (E), origens dos pontos de vista, figuras abstratas convocadas pelo locutor, com as quais ele representa, no enunciado, uma espécie de diálogo cristalizado. Para dar conta do aparecimento, num mesmo enunciado, de marcas de primeira pessoa imputáveis a diferentes locutores, o autor distingue locutor-enquanto-tal (L) e locutor-enquanto-ser-no-mundo (Y).

Nessa fase da teoria, Ducrot não busca mais o sentido na conclusão (ou nas conclusões) a que um enunciado leva. O sentido é buscado nos pontos de vista dos enunciadores, frente aos quais o locutor se posiciona. A análise semântica consistiria, então, em apreender a imagem (as representações) do sujeito da enunciação dentro do enunciado. Por exemplo, num enunciado com nominalização definida, como:

O crescimento econômico do país está animando os investidores, pode-se admitir um enunciador coletivo, que enuncia “o crescimento econômico do país”, conteúdo pressuposto, com o qual o locutor concorda; e um enunciador que afirma “está animando os investidores”, conteúdo posto, que o locutor assume.

Já num enunciado negativo como:

Pedro não estava na festa de Márcia, pode-se admitir dois enunciadores (E1 e E2): um, que afirma a presença de Pedro na festa de Márcia; e o outro, que nega essa presença. O locutor se opõe a E1 e assume E2.

Para não fugir ao universo exemplificativo de Ducrot, tome-se, ainda, um enunciado como:

O tempo está bom, mas eu estou cansado, em que o primeiro enunciador (E1) enuncia o tempo está bom, do qual um segundo enunciador (E2) poderia concluir vamos passear, por exemplo. Um terceiro enunciador, opondo-se a esse segundo, enuncia mas eu estou cansado, que leva um quarto enunciador a concluir não vamos passear. O locutor concorda com E1; discorda de E2; e se identifica com E3 e E4. Em artigo mais recente, Ducrot e Carel (2008), esclarecem um pouco mais essa questão dos enunciadores, mostrando que, em alguns enunciados, esse primeiro enunciador (com o qual o locutor concorda mas não assume), vem explicitado, de modo que fica evidente a perspectiva da “sua fala”, na articulação com a “voz própria” do locutor. É o caso do enunciado seguinte:

Segundo o serviço de meteorologia, hoje vai abrir sol, mas eu estou cansado.

Ora, hoje vai abrir sol é enunciado da perspectiva do serviço de meteorologia; enquanto mas eu estou cansado é enunciado da perspectiva do locutor. Melhor dizendo: da perspectiva de um enunciador com o qual o locutor se identifica. É esta segunda perspectiva (marcada pelo articulador mas) que vai dar a direção argumentativa do enunciado (ou do discurso em que ele estiver inserido).

Note-se que, no quadro delineado acima, Ducrot se afasta de Benveniste. A enunciação não é um ato de apropriação da língua por um locutor, mas o acontecimento histórico do aparecimento de um enunciado. Isso quer dizer que Ducrot focaliza o produto da enunciação e não o processo, como propunha Benveniste.

QUARTA ETAPA

Na quarta etapa (1995, 1999), Anscombre e Ducrot reconhecem um problema no tratamento dos operadores argumentativos e são levados a introduzir na teoria a noção de topos (buscada em Aristóteles) para explicar a possibilidade de conclusões divergentes. Os autores constatarem que a conclusão a que leva um enunciado com operador (tipo pouco) não depende exclusivamente do operador, mas também do sistema de valores e crenças dos falantes, do lugar comum argumentativo a partir

do qual o enunciado é produzido. Ele estudou pouco, vai se sair mal na prova. Ele estudou pouco, não vai se sair mal na prova.

É o topos, o sistema de crenças da comunidade que permite os dois encadeamentos acima. Desse modo, a passagem do argumento à conclusão está subordinada a esse terceiro elemento, que garante essa passagem: (A) (C). O topos é universal, pois é aceito por toda uma comunidade lingüística; é geral, pois se apresenta como válido para outras situações semelhantes; e é gradual, pois relaciona duas escalas argumentativas. Essa gradualidade presente nas relações discursivas retira da língua qualquer caráter lógico, objetivo, imprimindo-lhe, ao contrário, um caráter relativo, subjetivo.

Avançando na investigação do papel dos operadores no encadeamento, Ducrot propõe o conceito de modificadores, realizantes e desrealizantes. Isso lhe permitiu comprovar que o próprio léxico é argumentativo e que os modificadores reforçam, atenuam ou mesmo invertem a força argumentativa inerente às palavras lexicais. Com esse novo conceito, foi também possível explicar a diferença de força argumentativa já observada entre pouco e um pouco: um pouco, como modificador desrealizante atenuador diminui a força argumentativa do núcleo; pouco, como modificador desrealizante inversor, inverte essa força. Por isso, estudar um pouco aponta, embora de modo atenuado, para a mesma conclusão de estudar; ao contrário, estudar pouco aponta para uma conclusão contrária, ou seja, inverte a força argumentativa de estudar, equivale argumentativamente a não estudar. Por outro lado, estudar muito reforça a força argumentativa estudar (2002).

QUINTA ETAPA

No quadro da teoria dos blocos semânticos (TBS), que se pode chamar de fase atual da teoria, Carel (1992, 1997) defende que não há sentido fora do encadeamento discursivo: o argumento só tem sentido na sua relação com a conclusão; e a conclusão só tem sentido na sua relação com o argumento. Essa tomada de decisão leva a excluir da teoria a noção de topos, em função da perspectiva retórica aí subjacente. Em contrapartida, Carel propõe incluir nos encadeamentos argumentativos tanto os discursos normativos em *donc* (portanto), quanto os discursos transgressivos em *pourtant* (entretanto), ambos com o mesmo status

operatório. Com isso, a autora rechaça, de um modo mais radical, a concepção de que argumentar é justificar uma premissa verdadeira. Para a autora, argumentar é articular no discurso, criando uma interdependência semântica coerente, um encadeamento argumentativo, em *donc* e/ou em *pourtant*. A unidade de sentido é um bloco semântico e o sentido de um enunciado se define no encadeamento de dois segmentos, a partir do bloco, mediante o uso do conector adequado.

Resumindo, um bloco semântico é composto por quatro aspectos relacionados nos encadeamentos discursivos (A DC C; A PT neg-C; neg-A PT C; neg-A DC neg-C) Como exemplificado abaixo:

- a) Estudou, portanto fez boa prova (A DC C)
- b) Estudou, no entanto não fez boa prova (A PT neg-C)
- c) Não estudou, no entanto fez boa prova (neg-A PT C)
- d) Não estudou, portanto não fez boa prova (neg-A DC neg-C)

Entre os aspectos a e b, bem como entre c e d há uma relação de conversão: trata-se de uma relação entre o aspecto normativo e o aspecto transgressivo da mesma regra, permitindo relacionar regra geral e exceção. Já os aspectos a e d bem como b e c são considerados recíprocos: eles não opõem o aspecto normativo e o transgressivo da mesma regra; ao contrário, relacionam aspectos normativos (a e d) ou transgressivos (b e c) inseridos na mesma escala.

O conceito de polifonia, desenvolvido na terceira etapa dos estudos de Anscombe-Ducrot sobre argumentação (2004), é retornado por Ducrot e Carel (2008) na fase dos blocos semânticos, e os diferentes enunciadores são associados aos diferentes pontos de vista derivados dos diferentes aspectos relacionados nos encadeamentos.

Nesse quadro, é a partir do enunciado que a enunciação e seu contexto devem ser caracterizados. O que existe antes do discurso é uma gama de possibilidades, “só o discurso é doador do sentido” (CAREL, 1997).

Mais recentemente, os trabalhos de Ducrot estão se voltando para o léxico e, deste modo, radicalizando o princípio de que a “argumentação está na língua”. Centrando suas análises no que chama de encadeamentos intrínsecos, o autor da conta da gradualidade constitutiva das palavras.

RESUMINDO

Enfim, Ducrot opera mudanças significativas no seu projeto de desenvolver uma semântica argumentativa linguística, mas o princípio estruturalista de que “sentido de uma entidade lingüística deve ser buscado na relação que esta mantém com as outras dentro do sistema” permaneceu intocável. Aliás, Ducrot transporta esse princípio para o discurso e conclui que o sentido de um enunciado deve ser buscado nos encadeamentos discursivos em que ocorre: argumento e conclusão estão sempre em relação de interdependência. Com essa decisão, tomado a partir das pesquisas com Carel, o autor distingue, de um modo mais radical, argumentação retórica e argumentação linguística (DUCROT, 2004).

REFERÊNCIAS

ANSCOMBRE, J-C. *Théorie des topoi*. Paris: Kimé, 1995.

_____; DUCROT, O. *L'argumentation dans la langue*. Bruxeles: Mardaga, 1983.

_____. *La argumentación en la lengua*. Madrid; Gredos, 1994.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARBISAN, L. B. Introdução. In: _____. *Cadernos de pesquisa em Linguística: a construção do sentido*. Porto Alegre: PUC-RS, 2006.

BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral 1*. Campinas: Pontes, 1988.

_____. *Problemas de linguística geral 2*. Campinas: Pontes, 1989.

CAREL, M. L'argumentation dans le discours: argumenter n'est pas justifier. In: *Letras de hoje*. v. 32, n. 6, mar., 1997, p. 23-49.

_____. *Les facettes du dire: hommage a Oswald Ducrot*. Paris: Kimé, 2002.

_____; DUCROT, O. *La semântica argumentativa: una introducción a la teoría de los bloques semánticos*. Buenos Ayres: Colihue, 2005.

_____. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. In: *Letras de hoje – texto e discurso: teorias e ensino*. Porto Alegre: PUC-RS. Jan/mar, 2008.

DUCROT, O. *Princípios de semântica linguística: dizer e não dizer*. São Paulo: Cultrix, 1977. Trad. de Dire et ne pas dire: principes de semantique linguistique, 1972.

_____ et. al. *Les mots du discours*. Paris: Minuit, 1980.

_____. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987. Trad. de Le dire et le dit, de 1984.

_____. *Logique, structure, énonciation: lectures sur le langage*. Paris: Miuit, 1989.

_____. Polifonia y Argumentación. *Conferencias del seminario Teoria de la Argumentación y Análisis del Discurso*. Calli: Universidad del Valle, 1990.

_____. *Léxico y gradualidad: signo & seña*. Buenos Aires: Instituto de Lingüística/Universidad de Buenos Aires, n. 9, junio, 1998, p. 47-71.

_____. Os topoi na teoria da Argumentação na Língua. In: *Revista Brasileira de Letras*, v.1, n. 1. São Carlos: UFSCar, 1999, p. 1-11.

_____. Os internalizadores. In: *Letras hoje*. Porto Alegre: EDIPUCRS, n. 129, set., 2002, p.7-26.

_____. Argumentation rhétorique et argumentation linguistique. In: DOURY, M.; MOIRAND, S. *L'argumentation aujourd'hui: positions théoriques en confrontation*. Paris: Presse Sorbone Noevelle, 2004.

HENRY, P. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Campinas: UNICAMP, 1992. Trad de Le mauvais outil: langue, sujet et discours. 1977.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1975.